

Pleno Emprego, Planejamento e Inflação

F. A. HAYEK

I

Nos anos que decorreram desde a guerra, o planejamento central, o “pleno emprego” e a pressão inflacionista têm sido, em quase todo o mundo, os três fatores dominantes da política econômica. Dêstes, apenas o pleno emprego pode ser considerado, em si, como desejável. Planejamento central, direção ou controle governamental, qualquer que seja o nome que se lhe dê, é, na melhor das hipóteses, instrumento que deve ser julgado em função dos resultados obtidos. Sem dúvida alguma a inflação, mesmo “reprimida”, é um mal, ainda que digam alguns ser um mal necessário se outros fins desejáveis devem ser alcançados. É parte do preço que pagamos por estarmos comprometidos numa política de pleno emprego e de planejamento central.

O fato novo trazido por esta situação não é o de um desejo maior de evitar o desemprego do que aquele que existia antes da guerra. É a nova crença em que um nível mais alto de emprego — que não poderia ser alcançado de outra forma — possa ser permanentemente mantido através da pressão monetária. A execução de uma política baseada nessas crenças mostrou, um tanto inesperadamente — não para todos, mas possivelmente para a maioria daqueles que advogam tais políticas — que a inflação e o controle governamental são seus acompanhantes necessários. A política de pleno emprego na sua concepção atual é, por conseguinte, o fator dominante, do qual os outros fatores característicos da política contemporânea são principalmente a consequência. Antes de prosseguir, isto é, antes de examinarmos a maneira pela qual se dá a interação entre planejamento central, pleno emprego e inflação, necessitamos esclarecer o sentido preciso da política de pleno emprego atualmente praticada.

II

Pleno emprego veio a significar o máximo de emprego que pode ser obtido em curto período através da pressão monetária. Este pode não ser o sentido original da concepção teórica, mas

era inevitável que assim viesse a ser na prática. Uma vez que se admitiu que o “nível transitório do emprêgo” deveria constituir-se no principal indicador da política monetária, tornou-se fatal que qualquer grau de desemprego que pudesse ser removido por pressão monetária fôsse considerado como justificação suficiente para que se recorresse a ela. Que em muitas situações o emprêgo pode ser temporariamente acrescido pela expansão monetária é fato de há muito conhecido. Se nem sempre se utilizou esta possibilidade foi por que se pensou que através de tal medida não só outros perigos surgiam, como também se comprometia a estabilidade do próprio emprêgo a longo prazo. A novidade a respeito das crenças presentes, consiste agora em sustentar-se amplamente que, se a expansão cria emprêgo adicional, ela é inócua ou, pelo menos, causa mais bem do que mal.

Admite-se que, na prática, a política de pleno emprêgo signifique simplesmente que, a curto prazo o emprêgo é mantido num nível elevado, jamais alcançado de outra forma, e que, para longos períodos, ela provoque, na realidade, redução do nível de emprêgo que poderia ser permanentemente mantido sem a expansão monetária; tal política é, entretanto, constantemente representada como se o problema prático não fôsse êsse, mas sim a escolha entre pleno emprêgo assim definido e a antiga massa de desemprego da década dos 30.

O hábito de raciocinarmos em termos de uma alternativa entre pleno emprêgo e uma situação geral dos negócios, na qual há fatores desempregados de todo tipo, é talvez o mais perigoso legado que se deve à influência de Lord Keynes. Enquanto prevaleve um estado de desemprego *generalizado*, no sentido de que existem recursos não utilizados *de toda sorte*, poucos negarão que a expansão só pode ser benéfica. Mas êsse estado de desemprego generalizado é algo de bastante excepcional, e de modo algum há evidência de que uma política benéfica em tal caso o seja sempre e necessariamente numa posição intermediária, na qual se encontra o sistema econômico na maior parte do tempo, quando o desemprego significativo fica confinado a certas indústrias, ocupações ou localidades.

Para um sistema em estado de desemprego generalizado quase verdadeiro que o emprêgo flutuará proporcionalmente à renda monetária; e logrando-se aumentar a renda monetária, aumenta-se o emprêgo na mesma proporção. Não é, contudo, muito verdadeiro que em todo o desemprego haja uma insuficiência da procura global agregada e que possa ser definitivamente eliminada

pelo acréscimo da procura. O vínculo causal entre renda e emprego não é uma simples conexão de sentido único pela qual aumentando a renda de uma certa proporção, fôsse possível, sempre, aumentar o emprego nessa mesma proporção; seria demasiado ingênua a forma de pensamento assim definida, isto é, que estando todos os trabalhadores empregados a salários correntes, a renda total alcançaria tal ou qual cifra e que, por conseguinte se pudermos elevá-la a tal montante, teríamos necessariamente também o pleno emprego. Quando o desemprego não está muito disseminado, não há certeza de que o acréscimo de despesa se dirija para onde possa criar emprego adicional. Pode acontecer que o montante da despesa adicional em que se incorreu antes do aumento da procura dos serviços oferecidos pelos desempregados, seja de uma magnitude que produza acentuados efeitos inflacionistas antes mesmo de aumentar substancialmente o emprego.

Se a despesa é distribuída entre indústrias e ocupações em proporção diferente daquela em que se distribui a mão-de-obra, um simples aumento de despesa não aumenta necessariamente o emprego. O desemprego pode evidentemente ser causado pelo fato da distribuição do trabalho ser diferente da distribuição da procura. Nesse caso o baixo nível da renda monetária total terá que ser considerado como uma consequência e não como causa do desemprego. Ainda que durante o processo de acréscimo das rendas uma despesa suficiente possa ser “despejada” nas áreas temporariamente em depressão, a fim de curar o desemprego, assim que a expansão chegue a um fim ocorrerá novamente a discrepância entre a distribuição da procura e distribuição da oferta. Onde tal discrepância fôr a causa do desemprego e da baixa renda total, somente uma redistribuição da mão-de-obra pode resolver duradouramente o problema em uma economia livre.

III

Surge assim em todos os setores um dos mais difíceis e cruciais problemas: uma inadequada distribuição do trabalho é mais suscetível de ser corrigida sob condições de relativa estabilidade ou sob condições de expansão monetária? Na verdade isto compreende dois problemas distintos; o primeiro, se as condições da procura durante o processo da expansão monetária são de tal ordem, saber se a distribuição do trabalho se ajusta por si mesma à distribuição da procura então existente, criando um nível de emprego que sobreviverá ao término da expansão; o segundo,

saber se a distribuição do trabalho é mais suscetível de adaptar-se prontamente a uma dada distribuição da procura em condições de estabilidade ou de expansão monetária; em outras palavras, se é maior a mobilidade do trabalho em condições de expansão do que em condições de estabilidade.

A resposta à primeira dessas indagações é bastante clara. Durante um processo de expansão a orientação da procura é, em certa medida, necessariamente diferente daquela que se verificará logo que terminada a expansão. O trabalho será atraído para determinadas ocupações, nas quais a despesa adicional é feita em primeira instância. Enquanto durar a expansão, esta procura estará sempre um passo adiante dos aumentos conseqüentes da procura em outros pontos. E na medida em que êste estímulo temporário da demanda, em determinados setores, provoca deslocamento da mão-de-obra, torna-se causa de desemprego tão logo cesse a expansão.

Podem alguns duvidar dêsse fenômeno. Quer me parecer que esta é a principal causa dos movimentos periódicos de desemprego. Acredito que a causa do colapso que regularmente se segue ao "boom" resulta de, nessa fase, maior quantidade de fatores de produção do que a que aí poderia ser permanentemente empregada, destinar-se à indústria de bens de capital, disso resultando haver normalmente maior proporção de recursos especializados na produção de bens de capital do que os que corresponderiam à parte da renda que em pleno emprego fôsse poupada e disponível para investimento. Qualquer tentativa de criação de pleno emprego, mediante o deslocamento de mão-de-obra para ocupações em que esta só permanecerá enquanto continuar a expansão de crédito, origina o seguinte dilema: ou a expansão de crédito deve continuar indefinidamente (o que significa inflação) ou, quando esta cessar, o desemprego será maior do que seria se o acréscimo temporário do emprego jamais tivesse existido.

Se a causa real do desemprego reside no fato de a distribuição de mão-de-obra não corresponder à distribuição da procura — a única forma para criar condições estáveis de alto nível de emprego, sem depender de uma inflação contínua (ou de contrôles físicos) — é promover uma distribuição da força de trabalho que se coadune com a maneira pela qual uma renda monetária estável venha a ser despendida. Naturalmente, isto depende não só de que, durante o processo de adaptação, a distribuição da procura iguale aproximadamente à que restaria, mas também que as condições gerais permitam rápida e fácil movimentação da mão-de-obra.

IV

Isso suscita o segundo aspecto e o mais difícil do nosso problema, em relação ao qual talvez nenhuma resposta segura possa ser dada, ainda que, para mim, exista a probabilidade, nitidamente, de se seguir uma determinada direção. Trata-se de saber se, no conjunto, os trabalhadores estarão dispostos a transferir-se para novas ocupações ou novas localidades, quando a procura geral estiver aumentando, ou se a mobilidade tende a ser maior quando a procura total fôr aproximadamente constante. A principal diferença entre os dois casos está em que, no primeiro, o incentivo a transferir-se provém da atração exercida alhures por um salário mais elevado, enquanto que no segundo caso, o impulso é dado pela incapacidade de perceber os salários costumeiros ou de obter emprêgo na ocupação primitiva. O primeiro método é, de certo, o mais agradável, e em geral, apontado como o mais efetivo. É êste último ponto que me inclino a questionar.

Não constitui surpresa que, por si mesmas, as idênticas diferenciações de salário que, a longo prazo são capazes de atrair de preferência para uma indústria o maior número necessário de novos recrutas não sejam suficientes para tentar trabalhadores já estabelecidos a se transferirem (1). Via de regra, a movimentação de um emprêgo para outro implica em gastos e sacrifícios que podem não ser justificados por um simples aumento de salários. Enquanto o trabalhador puder contar com seu salário monetário costumeiro em seu atual emprêgo, compreende-se que relutará em transferir-se. Ainda que, conforme seria inevitável sob uma política expansionista que almejasse conseguir o ajustamento unicamente pela elevação de alguns salários sem permitir a diminuição de outros — os salários monetários constantes significassem um salário real mais baixo, o hábito de pensar em termos monetários privaria tal queda dos salários reais de grande parte de sua eficácia. É curioso que aqueles discípulos de Lord Keynes que, em outros pontos, recorrem a essa consideração, deixem constantemente de perceber sua significação nesse contexto.

Pretender assegurar às pessoas que, do ponto de vista do interesse social, devem transferir-se para outros lugares, a continuidade dos salários monetários que costumam receber nos empre-

(1) N. R.: Muito embora o texto original não o diga expressamente, acreditamos que para maior clareza conviria introduzir no parágrafo assinalado entre as palavras "... suficientes" e "... para" a expressão "... em período curto,...".

gos atuais, pode resultar apenas no retardamento de movimentos que não deixarão de se verificar. Não se deve esquecer também que a fim de garantir emprêgo contínuo a todos os homens ocupados em uma indústria em relativo declínio, terá o nível geral de salários, nessa indústria, de decair mais do que seria necessário se apenas alguns trabalhadores fôsssem dela transferidos.

Neste ponto, o que os leigos têm tanta dificuldade para compreender, é que a proteção de cada individuo contra a perda de seu emprêgo pode constituir não um meio para reduzir o desemprego, mas, ao contrário, ocasionar em periodos mais longos, a queda do número de trabalhadores que podem ser empregados mediante determinados salários. A adoção, durante longo periodo, de uma política que adia e retarda movimentos, que mantém em seus empregos pessoas que deveriam transferir-se para outros lugares, deve dar o resultado de que o que deveria ter sido um processo gradual de mudança, se transforma afinal na necessidade de transferências maciças, em curto prazo. A pressão monetária contínua, que tem facilitado a percepção de salários monetários estáveis em ocupações que deviam ter sido abandonadas, fará com que se acumulem, no tempo, as mudanças necessárias, as quais, tão logo cesse a referida pressão, terão de processar-se num espaço de tempo muito mais curto, disso resultando, então, um periodo de agudo desemprego em massa, que bem poderia ter sido evitado.

Tudo isso se aplica não apenas às inadequadas distribuições da mão-de-obra, que surgem no curso de flutuações econômicas ordinárias, mas ainda mais à tarefa da redistribuição, em larga escala, da força do trabalho, tal como a que ocorre depois de uma grande guerra ou como o resultado de substancial modificação nas correntes do comércio internacional. Parece muito duvidoso que a política expansionista seguida a partir da guerra, pela maioria dos países, tenha auxiliado — e não impedido — êsse ajustamento, em favor das radicais transformações que, inevitavelmente, surgiram no comércio mundial.

Especialmente no caso da Grã-Bretanha, os reduzidos dados de desemprego, nos anos recentes, podem ser mais uma indicação de que foi retardada uma mudança necessária do que de uma sadia situação econômica.

Em todos êsses casos, o grande problema e saber se tal política, depois de adotada durante anos a fio, pode ainda ser modificada sem causar sérias perturbações políticas e sociais. Conseqüentemente, o que há pouco tempo poderia ter representado apenas

um número de desempregados ligeiramente mais elevado, pode agora, quando o emprêgo de grande número de indivíduos se tornou um imperativo dessas práticas, constituir experiência politicamente insuportável.

V

Políticas de pleno emprêgo, na forma pela qual são presentemente adotadas, tentam a via rápida e fácil de dar ocupação aos indivíduos onde quer que eles se encontrem de momento, enquanto o verdadeiro problema consiste em criar uma distribuição de mão-de-obra que torne possível a continuidade do alto nível de emprêgo sem o recurso a um estímulo artificial. Essa distribuição jamais poderá ser conhecida antecipadamente. A única forma de conhecê-la é deixar o mercado agir livremente, sob condições que tragam um equilíbrio estável entre a oferta e a procura. Mas a própria política de pleno emprêgo torna quase inevitável que tenhamos de intervir constantemente no livre jôgo das forças do mercado e que os preços que prevalecem durante sua vigência e aos quais a oferta se adaptará, não representem uma situação duradoura. Essas dificuldades, como vimos, provêm de jamais estar o desemprego igualmente distribuído através do sistema econômico, de sorte que enquanto o mesmo ainda subsiste em forma substancial em alguns setores, em outros, evidencia-se aguda escassez de mão-de-obra. As medidas puramente fiscais e monetárias em que se baseiam as políticas de pleno-emprêgo usuais teriam, entretanto, efeitos indiscriminados sobre as diversas partes do sistema econômico. A mesma pressão monetária que, em determinada parte do sistema, pode simplesmente reduzir o desemprego, produzirá, em outros setores, efeitos inflacionários definitivos. Tal pressão monetária, se não fôr detida por outras medidas, pode desencadear uma espiral inflacionária de preços e salários muito antes do desaparecimento do desemprego, e — com as atuais negociações salariais de âmbito nacional — o aumento de salários pode ameaçar os resultados da política de pleno emprêgo, antes mesmo de ser atingido aquele objetivo.

Como regularmente acontece em tais circunstâncias, os Governos ver-se-ão forçados a tomar medidas para contrabalançar os efeitos de sua própria política. Os efeitos da inflação têm de ser contidos ou “reprimidos”, através de contrôles diretos dos preços e das quantidades produzidas e vendidas; a elevação de preços tem de ser contida pela fixação de preços máximos e a

escassez resultante tem de ser enfrentada por um sistema de racionamento, prioridades e distribuições.

A maneira pela qual a inflação conduz o governo a um sistema generalizado de controle e de planejamento central, é atualmente assaz conhecida para exigir maiores explicações. Trata-se em geral de um tipo particularmente pernicioso de planejamento, por ser improvisado, à medida que os efeitos adversos da inflação se manifestam. Um governo que utiliza a inflação em função de uma diretriz, mas que deseja que ela produza apenas efeitos favoráveis é, em pouco tempo, conduzido a um controle em setores cada vez mais extensos da economia.

VI

A relação entre inflação, controle e planejamento central não é, entretanto, conexão num só sentido. Que a inflação leva ao controle é hoje em dia fato amplamente observado. O que não tem sido geralmente compreendido, apesar da sua importância, é o fato de que, uma vez criada a desordem no sistema econômico, com toda sorte de controles e restrições, pode continuada pressão inflacionária tornar-se necessária para mantê-lo em funcionamento. Trata-se, na verdade, de fato de crucial importância para a compreensão do caráter de autoperpetuação e de auto-acentuação das tendências modernas da política econômica.

Uma vez que as medidas destinadas a combater a inflação visam a impedir a elevação que o estímulo inflacionista causaria, é inevitável que exerçam também efeito desencorajador sobre as forças espontâneas de recuperação, tão logo afrouxe o referido estímulo. Se a maior parte das economias de após-guerra não apresenta maior flexibilidade e força espontânea deve-se, em larga medida, ao fato de estarem sufocadas por controles e a que, sempre que esmorece a expansão, ao invés da remoção de todos esses entraves, exige-se uma dose mais forte de inflação e esta, mais cedo ou mais tarde, conduzirá a novos controles.

A tendência dos controles existentes para produzir uma demanda adicional de pressão inflacionista é especialmente importante em vista da opinião, amplamente aceita, de que uma vez controladas tais pressões, as medidas restritivas tornar-se-iam subsequenteiramente desnecessárias e seriam prontamente eliminadas. Se a relação entre inflação e controles for recíproca, como aqui se sugere, fica evidenciado ser incorreto esse ponto de vista estando destinada ao malôgro qualquer iniciativa nêle baseada.

A não ser que os contrôles sejam eliminados ao *mesmo tempo* que se interrompe a expansão, tão logo se faça sentir seu efeito entorpecedor, será provavelmente irresistível a solicitação para que a pressão monetária continue.

Uma economia paralisada por contrôles necessita do estímulo extra da inflação, para mantê-la num ritmo de expansão próximo de sua plena capacidade. Onde os contrôles privam o empreendedor de todo campo de ação para sua iniciativa, liberdade de opção e aceitação de responsabilidade, onde o governo na verdade decide quanto e como produzirá, deve pelo menos haver a certeza da possibilidade de determinada venda para que o primeiro julgue que vale a pena prosseguir. Precisamente porque os extensivos contrôles governamentais têm sido quase sempre acompanhados de condições inflacionistas é que ainda não paralisaram completamente toda a atividade econômica, como parece inevitável ao observador que toma consciência do labirinto de autorização e licenças pelo qual transita um empreendedor que deseja realizar alguma coisa.

A primeira vista, parece a esse observador que um empreendedor, tão intensamente desprovido do controle de seus custos e da natureza e quantidade de seus produtos, possa ainda estar disposto a aceitar qualquer risco. A resposta disto reside em que, na realidade, ele se exime do risco principal pela criação de condições em virtude das quais qualquer coisa produzida será vendida. A ineficiência de um tal "planejamento da economia" é encoberto pelos efeitos da inflação.

Assim que desaparece a pressão inflacionista faz-se sentir toda a força que esses obstáculos impõem à produção bem orientada. Até mesmo os contrôles, que, em primeira instância, foram impostos para impedir os efeitos da inflação, tornam mais difícil o seu desaparecimento. O desemprego fará imediatamente a sua entrada em cena, se a estabilidade monetária for restaurada com permanência dos contrôles. Ter-se-ia a impressão que a expansão continua é uma condição indispensável de manutenção de um alto nível de emprego quando, na verdade, o necessário é a remoção dos contrôles que tolhem o comércio, ainda que em consequência se tornem evidentes alguns efeitos até então ocultos da inflação.

Se são corretas essas considerações, elas nos tornam pessimistas quanto à perspectiva de uma razoável política econômica em futuro próximo. No estado atual de opinião pública é pouco provável que elas sejam ouvidas. Frequentemente se compara o

hábito da inflação ao uso das drogas estimulantes, mas a posição de uma sociedade que se tornou viciada na droga da inflação é ainda pior do que a do indivíduo em situação correspondente; é como se imaginássemos uma situação na qual uma aplicação de morfina a indivíduos sofreadores fôsse decidida sob influência da psicologia coletiva, e onde cada demagogo, que apenas conhecesse um pouco mais dêsse assuntos do que a multidão, poderia oferecer um meio efetivo de suprimir o sofrimento presente, enquanto o mal remoto que o seu remédio causa é do conhecimento de poucos.

A rapidez com que a ideologia do pleno emprego assenhoreou-se da imaginação do público, o modo pelo qual no curso do processo um raciocínio teórico sutil — ainda que provavelmente errôneo — transformou-se em dogma grosseiro, e a maneira pela qual certos devotos da nova doutrina — que melhor deveriam conhecer as coisas — apresentam o problema como se se tratasse de uma opção entre prolongado desemprego em massa e a aplicação por atacado de suas prescrições, nos faz desesperar, algumas vezes, face a um dos problemas mais graves de nosso tempo: a capacidade das instituições democráticas em manipular os tremendos poderes do bem e do mal que as novas armas de política econômica depositam em suas mãos.

Se se pretende que os resultados da política econômica não sejam completamente diferentes daquilo que se objetivou, e se não quisermos ser constantemente levados de um a outro expediente, a política econômica, mais do que qualquer outra, deve ser de longo alcance, governada menos pelas necessidades prementes do momento do que por uma compreensão de seus efeitos a longo prazo. Era certamente judicioso, ao tempo em que os objetivos de política monetária eram muito mais limitados, que sua direção estivesse em mãos de organismos não diretamente subordinados ao controle político.

É compreensível e talvez inevitável, agora que se reconhece maior uso para êsses poderes, que ela se torne uma questão política fundamental. Parece, entretanto, duvidoso que seja possível aos governos democráticos aprender como utilizá-la com moderação. O que está na essência da sabedoria econômica não é o uso de paliativos para males presentes, que criam não só piores problemas no futuro como também restringem constantemente a liberdade de uma ação posterior.

SUMMARY

Professor Hayek begins by stating that in the years that have elapsed since the war, full-employment, planning and inflationary pressure have been the three features which have dominated economic policy in the greater part of the world. To him, of these only full employment can be regarded as desirable in itself. He disagrees, however, with the employment policies now in practice and which are based on the beliefs that full employment may not only be brought about in the short run by monetary pressure but also that a higher level of employment can be permanently maintained by monetary pressure than would be possible without it. He disagrees further with the frequently held view, collorary to those beliefs, that so long as monetary expansion creates additional employment, it is innocuous or at least will cause more benefit than harm. The reasons why he does so are: (a) it is not true that all unemployment is due to an insufficiency of aggregate demand and can be lastingly cured by increasing demand; (b) a mere increase in expenditure need not increase employment for unemployment can evidently be the consequence of the fact that the distribution of labour is different from the distribution of demand.

To Professor Hayek, where the cause of unemployment and of low aggregate incomes is a discrepancy between the distribution of demand and the distribution of supply only a re-allocation of labour can lastingly solve the problem in a free economy. But this in turn raises two problems: (a) whether demand conditions during a process of expansion are such that, if the distribution of labour adjusted itself to the then existing distribution of demand, this would create employment which would continue after expansion has stopped; (b) whether the distribution of labour is more likely to adapt itself promptly to any given distribution of demand under stable or under expansionary monetary conditions.

The answer to the first of those questions is, to the author, fairly clear and the main cause of the recurrent waves of unemployment. That is, during a process of expansion the direction of demand is to some extent necessarily different from what it will be after expansion has stopped. To him, however, perhaps no certain answer can be given to the second question although the probability seems to be that those policies which aim at securing to men who in the social interest ought to move elsewhere the con-

tinued receipt of their accustomed money wages in their existing employment can only delay movements which ultimately must take place. It should also not be forgotten that in order to give all the men then employed continued employment in a relatively declining industry, the general level of wages in that industry will have to fall more than would be necessary if some of the workers moved away from it.

Thus, to Professor Hayek, the full employment policies now practised not only fail to meet but enhance the real problem which is to bring about a distribution of labour which makes continuous high employment possible without artificial stimulus. According to him, the only way to find out what this distribution is to let the unhampered market act under conditions which will bring about a stable equilibrium between demand and supply. Those policies make it almost inevitable, however, that we must constantly interfere with the free play of the forces of the market.

To the author, too, a government which uses inflation as a means of policy but wants it to produce only the desired effects is soon driven to control over increasing parts of the economy. The connection between inflation and controls and central planning is however not a one-way connection for were it so once the inflationary tendencies could be brought under control the restrictive measures would subsequently prove themselves unnecessary and readily removed. This however cannot be done because the very controls which in the first instance were imposed to keep the effects of inflation under control make it more difficult to stop inflation. On the other hand, if, while the controls remain, stable monetary conditions were restored, unemployment would at once make its appearance because since the measures intended to counteract inflation are designed to damp the uplift which the inflationary stimulus would cause, it is inevitable that they should also act as a damper to the spontaneous forces of recovery as soon as the inflationary pressure is relaxed.

Professor Hayek concludes by stating that to judge from the rapidity with which the full employment ideology has taken hold of public imagination, the manner in which in the course of the process a subtle although probably mistaken theoretical reasoning has been turned into a crude dogma, it must appear doubtful whether it is possible that democratic governments will learn to exercise the restraint, which is the essence of economic wisdom, of not using palliatives for present evils which not only

create worse problems later but also constantly restricts the freedom of further action.

RÉSUMÉ

Le Professeur Hayek signale que, pendant les années qui ont suivi la guerre, le plein emploi, la planification et les pressions inflationnistes ont été les trois facteurs dominants de la politique économique, dans la majeure partie du monde. A son avis, parmi ces trois pratiques, seul le plein emploi peut être considéré en soi comme désirable. Il n'approuve pas cependant les politiques actuelles d'emploi, politiques basées sur la croyance qu'un niveau plus élevé d'emploi ne peut être atteint et maintenu durablement qu'au moyen de la pression monétaire. Il s'écarte également du point de vue fréquemment soutenu et corollaire de cette croyance suivant lequel l'expansion monétaire est inoffensive, ou tout au moins engendre plus de bien que de mal, lorsqu'elle crée un emploi additionnel. Les raisons de ces divergences sont les suivantes:

a) il n'est pas vrai que le chômage est dû à une insuffisance de la demande globale, et qu'il peut être éliminé définitivement par une augmentation de celle-ci.

b) une simple augmentation de la dépense n'augmente pas nécessairement l'emploi; le chômage peut être dû au fait que la distribution du travail est différente de la distribution de la demande.

Pour le Professeur Hayek, si la cause du chômage et du faible revenu global, réside dans le décalage entre la demande et la distribution de l'offre de la main d'oeuvre, seule une redistribution de celle-ci peut, dans un système d'économie libre, résoudre définitivement le problème. Ceci le conduit à considérer les deux problèmes distincts suivants: a) les conditions de la demande durante le processus de l'expansion monétaire étant d'un certain ordre, savoir si la distribution du travail s'adaptera d'elle même à la distribution de la demande alors existente, créant ainsi un niveau d'emploi qui subsistera au terme de l'expansion; b) savoir si la distribution du travail est davantage susceptible de s'adapter à une distribution donnée de la demande dans des conditions de stabilité ou en période d'expansion monétaire; en d'autres termes savoir si la mobilité du travail est plus grande en période d'expansion monétaire ou en période de stabilité monétaire.

La réponse à la première de ces questions est, pour l'auteur, assez claire, car il y a là la principale cause des mouvements péri-

diques de chômage. Durant le processus d'expansion l'orientation de la demande est, dans une certaine mesure, nécessairement différente de celle que l'on pourra vérifier dès la fin du processus. Toutefois, suivant le Professeur Hayek, aucune réponse certaine ne peut être donnée à la seconde question; à son avis cependant, il existe une forte probabilité qu'une politique qui prétend assurer la continuité des salaires monétaires correspondant à leurs emplois actuels à des personnes qui, du point de vue social, devraient se diriger vers d'autres occupations, puisse seulement différer des mouvements qui ne manqueront pas d'avoir lieu. On ne doit pas oublier également que, si l'on veut garantir l'emploi continu à tous les hommes occupés dans une industrie subissant un déclin, le niveau général des salaires devra baisser beaucoup plus que si seulement quelques travailleurs sont transférés dans d'autres activités. Ainsi, pour le Professeur Hayek, les politiques de plein emploi, telles qu'elles sont pratiquées actuellement, utilisent la méthode rapide et facile qui consiste à donner une occupation à l'individu à l'endroit même où il le désire à tel moment, alors que le véritable problème est de créer une distribution de la main-d'oeuvre qui rende possible la continuité d'un niveau élevé d'emploi, sans avoir recours à un stimulant artificiel. Cette distribution ne pourra jamais être connue à l'avance; l'unique façon de la connaître est de laisser le marché agir librement, avec des conditions qui assurent l'équilibre stable entre l'offre et la demande. Mais la politique de plein emploi elle même rend inévitable l'obligation d'intervenir constamment dans le libre jeu des forces du marché.

Pour l'auteur, un gouvernement qui pratique une politique d'inflation et qui désire en obtenir seulement des effets favorables, est conduit, en peu de temps, à contrôler des secteurs de plus en plus étendus de l'économie.

Cependant, la relation entre l'inflation, le contrôle et la planification centrale n'est pas à sens unique car, s'il en était ainsi, une fois contrôlées les tendances inflationnistes ces contrôles deviendraient sans nécessité et seraient rapidement éliminés. Or ceci ne peut être réalisé, précisément parce que les contrôles imposés pour écarter les effets de l'inflation rendent plus difficile son élimination. D'autre part, si les contrôles subsistent quand la stabilité monétaire est restaurée le chômage fera rapidement son apparition; il est inévitable que ces mesures exercent un effet décourageant sur les forces spontanées de récupération aussitôt que se relâche la stimulation inflationniste.

Le Professeur Hayek conclut en affirmant que la rapidité avec laquelle l'idéologie du plein emploi s'est emparée de l'opinion publique, la façon dont au cours du processus un raisonnement théorique subtil, bien que probablement erroné, s'est transformé en un dogme brutal, font que l'on doute que les gouvernements démocratiques puissent apprendre à utiliser ces politiques avec modération. Ce n'est pas faire preuve de sagesse en matière économique que d'opposer à des maux présents des palliatifs qui, non seulement créent les pires problèmes pour l'avenir, mais restreignent aussi, de façon constante, la liberté pour une action future.